



**TERMO DE SANÇÃO**

Projeto de Lei nº 179/2025

Considerando a constitucionalidade formal e material da proposição aprovada e a adequação ao interesse público, sanciono a Lei nº 5369, de 19 de dezembro de 2025, que Altera a Lei nº 2893, de 11 de outubro de 2011.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2025.

  
**ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO**  
Prefeito



**LEI Nº 5369, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

ALTERA A LEI Nº 2893, DE 11 DE  
OUTUBRO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte  
Lei:

**Art. 1º** Os §§1º a 5º do artigo 45 da Lei nº 2893, de 11 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

*§ 1º O Plano Municipal de Educação é elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, por meio da Equipe Técnica, em ação conjunta com a Coordenadoria Regional de Educação, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, consonante com os Planos Nacional e Estadual de Educação, nos termos estabelecidos nas Leis do Município.*

*§ 2º O Plano Municipal de Educação expressa a proposta educacional do Município, definindo diretrizes, objetivos, metas e estratégias a partir da leitura e visão diagnóstica do contexto socioeducacional, cultural e histórico do Município.*

*§ 3º Compete ao Conselho Municipal de Educação e ao Fórum Municipal de Educação a mobilização, o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano Municipal de Educação, em ação articulada à Secretaria Municipal de Educação, à Coordenadoria Regional de Educação, ao Poder Legislativo e às organizações sociais ligadas à educação do Município.*

*§ 4º O Fórum Municipal de Educação tem como finalidade assegurar a participação da sociedade civil e do poder público no planejamento, monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas educacionais do município, promovendo a gestão democrática e a transparência nas ações da educação municipal, composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, com as seguintes atribuições:*

*I - Participar do processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de educação no município, especialmente as voltadas ao Plano Municipal de Educação;*

*II – Acompanhar, junto à Câmara Municipal, a tramitação de projetos de lei relacionados à política educacional, especialmente os que*





*tratam dos planos decenais de educação previstos no artigo 214 da Constituição Federal;*

*III – Elaborar o seu Regimento Interno e aprovar, ad referendum, o Regimento Interno da Conferência Municipal de Educação;*

*IV – Constituir-se como Comissão Organizadora da etapa municipal das Conferências Nacionais de Educação e de suas subsequentes;*

*V – Convocar, planejar, coordenar e divulgar as deliberações da Conferência Municipal de Educação, garantindo sua articulação com as Conferências Estadual e Nacional;*

*VI – Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;*

*VII – Colaborar na elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão periódica do Plano Municipal de Educação (PME), articulando-o aos Planos Estadual e Nacional de Educação, bem como realizar o monitoramento contínuo e as avaliações periódicas referentes à execução do PME e ao cumprimento de suas metas.*

*VIII – Sistematizar e validar as contribuições das equipes técnica e coordenadora na redação e atualização do Plano Municipal de Educação (PME), bem como divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações na página oficial do Município.*

*IX – Encaminhar a proposta final do Plano Municipal de Educação à Câmara Municipal e acompanhar sua tramitação até a sanção do Poder Executivo;*

*X – Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios e órgãos de monitoramento de indicadores disponíveis, divulgando os resultados das avaliações e do monitoramento;*

*XI – Planejar e organizar espaços de debate sobre as políticas de educação, promovendo a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, garantindo o diálogo entre governo e sociedade;*

*XII – Zelar pela articulação do Fórum e das Conferências de Educação com as instâncias estadual e nacional;*

*XIII – Exercer outras atribuições correlatas que contribuam para o fortalecimento das políticas públicas de educação no município.*

*§ 5º O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas, sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação, com o apoio da Equipe Técnica do PME da Secretária Municipal de Educação.*



**Art. 2º** Fica incluído o §6º ao artigo 45 da Lei nº 2893, de 11 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

*§6º A avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação far-se-á também com base em dados e análises provenientes dos sistemas de avaliação nacional, estadual e informações municipais.*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2025.

  
**ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO**  
Prefeito